



A VISUALIDADE DO ESPAÇO URBANO – UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ARTE

Cristiane Herres Terraza
IF Brasília

ISSN 2316-6479

Resumo

O presente artigo pretende ajuizar sobre as possibilidades do ensino da arte, na situação contextual de educação com adultos no ensino técnico, propondo reflexões acerca da construção estética urbana e os modos de apreensão e significação desta realidade. Tomando como fundamentos princípios e conceitos propostos por alguns autores como Bourriaud (2009) e Guattari (1987) e de artistas como Joseph Beuys, esta reflexão desdobra-se sobre a importância de considerar os estudos em cultura visual como princípio fundamental nas proposições em arte educação, intentando formação dos indivíduos sobre a relação estética, social e micropolítica.

Palavras chave: cultura visual, ensino da arte, espaço urbano.

Abstract

This article seeks to reason about the possibilities of art education in the contextual situation of adult education with technical education, offering reflections on urban construction and aesthetic modes of apprehension and significance of this reality. Taking as fundamental principles and concepts proposed by some authors as Bourriaud (2009) and Guattari (1987) and artists such as Joseph Beuys, this discussion unfolds about the importance of considering the studies in visual culture as a fundamental principle in the propositions in art education, intending to training individuals on aesthetics, social and micropolitics relationship.

Keywords: visual culture, art education, urban space.

1 Introdução

As reflexões sobre relações estabelecidas entre sujeito e o campo visual não notadamente artístico deram origem a diversas questões, teorizações e suposições, sob a égide de estudos em cultura visual, na busca de conceitos e elucidações sobre a atual ação humana.

Os estudos em cultura visual focalizam os aspectos determinantes na formação das atuais estruturas visuais que se realizam tanto por meio dos aparatos midiáticos comunicacionais e informacionais e também por outras elaborações como as arquitetônicas/urbanísticas¹ que dão forma à vida nos espaços urbanos.

A proposição de práticas pedagógicas em cultura visual visa a construção do olhar sensível, crítico, interpretativo, fruitivo, intervalar e dialético, possibilitando

¹ O termo arquitetura é aqui utilizado não somente na perspectiva de tratar prédios e monumentos, mas a própria engenharia de espaços e usos.



ao indivíduo tomar conhecimento e interagir de modo emancipado na sociedade que o cerca, uma vez que “tudo o que é visível é potencialmente político, exigindo, como contraparte, uma ética e uma ecologia de visibilidade” (MEIRA, 1999, p. 132). Algumas destas práticas objetivam, senão esclarecer, ao menos questionar as dinâmicas da formação das ocorrências visuais, que se perfazem generalizantes, impositoras de modos e caminhos de olhar, bem como de construção de sentidos e de ações.

As práticas pedagógicas em cultura visual incorporadas pelo ensino da arte se traduzem em análise das percepções e das interpretações das estruturas visuais, em suas diversas representações e atribuições. Dentre estas, podemos verificar a estrutura visual urbana e a relação que implica, por um lado, a constituição de espaços e lugares e, por outro, a conformação das ações coletivas e peculiares do indivíduo a partir de sua percepção e da experiência da cidade.

Este ensaio pretende refletir sobre as questões acima elencadas, partido de uma prática pedagógica que tem como princípio educativo a pesquisa qualitativa, realizada em uma escola pública de ensino técnico subsequente ao ensino médio, no curso de edificações. A instituição de ensino localiza-se na periferia de Brasília, na região administrativa de Samambaia, cidade que este ano completou 24 anos.

2 O espaço urbano

O espaço urbano, é sabido, constitui-se como uma estrutura dinâmica e fluida, permeável às interações não só econômicas, mas sociais, políticas e estéticas geradas em um sistema hipercomplexo no atual cenário de globalizações. Segundo Morin (1988, p. 115):

Um sistema hipercomplexo é um sistema que diminui as restrições ao mesmo tempo em que aumenta as suas aptidões organizacionais, designadamente a sua aptidão para a transformação. Portanto, o sistema hipercomplexo é, em comparação com um sistema menos complexo, fracamente hierarquizado, fracamente especializado, não estritamente centralizado, mais fortemente dominado pelas competências estratégicas e heurísticas, mais fortemente dependente das intercomunicações, e, por todas estas características, mais fortemente submetido à desordem, ao ‘ruído’, ao erro.

Para que esta complexidade possa ser apropriada e estruturar-se a fim de atender os princípios de conforto e de bem estar, trata-se de tecer um espaço que possa refletir e até mesmo propiciar sistemas de convivência que atendam a individualidade e o espaço privado, sem, no entanto, gerar uma individualização que seja danosa à manutenção da coletividade necessária ao estabelecimento de uma vizinhança segura e cômoda a todos.

Esta forma de urdir o espaço dependerá tanto do modo como as pessoas serão locadas, pensando em termos da sociedade que nele se formará, como também do planejamento e acompanhamento urbanístico, geralmente efetuado pelos governos.

Sabe-se que os espaços urbanos nas grandes cidades são (des)ordenados considerando aspectos de exclusão, regidos pelo sistema econômico. Esta questão não se apresenta como novidade.

Argan (2005) relacionando arquitetura, cultura e construção artística, reflete sobre que princípios os objetos estéticos se constituem no espaço – “a cidade é o produto de toda uma história que se cristaliza e manifesta” (p. 244). Assim, a cidade pode ser vista como criação indissociável do estado civil nas suas relações de trabalho, bem como das articulações entre valores culturais peculiares e cultura pós-industrial e hiper-globalizada.

Os grupos sociais, e mesmo os indivíduos singularmente, se cercam de artefatos que, de certa forma, constituem modos de vida. Como se ocupa e com que tipo de artefato se ocupa o espaço estabelece um modo de ação e pensamento em relação a este espaço e ao contexto do grupo. Estes artefatos, aqui considerados as formas da arquitetura e do urbanismo que criam os espaços urbanos, são, portanto, veículos de significância nos quais se pode apreciar e memorar uma maneira comum de relacionar-se com o mundo. A análise da produção e do uso destes objetos atribui uma forma particular de pensar cada grupo social em determinada época.

Aquilo que se presencia nos espaços periféricos das grandes cidades é uma desarticulação do sujeito com o lugar. Esta desarticulação não ocorre por um só ensejo, mas pode ser causada pelo pouco tempo cotidiano que se passa no lugar para observar e pensar sua dinâmica (fato provocado pela forma urbana conhecida como cidade-dormitório), pela perspectiva de aguardar o poder público (que nunca vem na mesma medida dos espaços ocupados por classes sociais mais bem economicamente posicionadas), pela violência que ocupa as ruas (derivada da junção da inexistência de serviços públicos que a evitem e que a combatam, mas também pela pouca ocupação da rua pelas atividades cotidianas salutares e necessárias), pela falta de ocupação coletiva e identitária dos espaços públicos ou, ainda, pela combinação destes e outros fatores.

Em se tratando da aparência da cidade, ou seja, como ela se compõe visualmente, campo que particularmente nos interessa, Jacobs (2000, p. 14) alerta que “a aparência das coisas e o modo como funcionam estão inseparavelmente unidos, e muito mais nas cidades do que em qualquer outro lugar”. Ainda segundo a autora, nas cidades planejadas e compostas por zoneamento de funções

(espaços de morar, espaços de trabalho, espaços de comércio e assim por diante) a monotonia visual pode trazer a ausência de referência, mas também pode acentuar a necessidade do comércio de se criar diferença, visualmente, a fim de chamar atenção do público. Na maior parte das vezes este movimento de chamar atenção resulta em algo desarmônico, beirando o *kitsch*². Assim, a análise do acontecimento visual surge do entendimento da composição social dada naquele espaço e de como ações individuais e coletivas podem estabelecer maneiras próprias de criação de lugar³.



Centro de Brazlândia – Região Administrativa distante 50km do Plano Piloto de Brasília

Foto de Tiago Moreira da Rocha (aluno do curso técnico em edificações)

Particularmente em Brasília e na maior parte de suas regiões administrativas, o espaço foi pré-ordenado seguindo os princípios ortodoxos do planejamento moderno, separando por zoneamento as funções da cidade. Assim, vemos uma grande quantidade de moradias de todos os tipos ocupando quadras inteiras, enquanto o comércio, que pode beirar essas quadras, concentra-se em uma mesma área. Prega-se, por esta lógica distributiva, o bem estar ligado ao silêncio e à necessária arborização que transforma áreas de lazer e convivência em pequenos parques.

Toda a lógica empreendida na construção das cidades modernas planejadas ampara-se em um conceito racionalista de constituição de espaços. Por este viés de pensamento, a organização espacial urbana estabeleceria um modo de vida que privilegia a ordem e o bem estar das pessoas, do qual resultaria uma sociedade mais justa e igual. Lucio Costa, arquiteto responsável pela constituição do Plano Piloto de Brasília, dizia que, à época do planejamento e construção da

2 Conceito de arquitetura *kitsch* de Douglas HASKELL, editor da revista Architectural Forum(1952).

3 “Lugar se refere a uma noção específica do espaço: trata-se de um espaço particular, familiar, responsável pela construção de nossas raízes e nossas referências no mundo” (CANTON, 2009, p. 15)

cidade, acreditava-se que a revolução urbanística promoveria também a revolução social. Depreende-se, portanto, que a concepção dos espaços modernos ampara-se em uma confiança na racionalidade e na abstração, menos que na experiência complexa da observação atenta aos diversos aspectos e vetores da realidade.



Quadra do Guará II – Região Administrativa distante 14Km do Plano Piloto de Brasília
Fotos de Regina Carla (aluna do curso técnico em edificações)

Dentre as adversidades surgidas da proposição urbana moderna, segundo Jacobs (2001), está a falta de integração entre a vizinhança que não ocupa as ruas e nem os espaços verdes. Estes estão sempre vazios devido à dinâmica da vida cotidiana de seus moradores. Os pais, na sua maioria, trabalham saindo de casa muito cedo e retornando ao final da tarde ou início da noite. As crianças são proibidas pelos próprios pais de irem à rua para as brincadeiras ou convivência com outras crianças uma vez que o espaço público não apresenta segurança.

Um dos aspectos a se considerar na análise sobre a insegurança, ainda segundo Jacobs, é a ausência de olhares públicos (de comerciantes e prestadores de serviço) que possam “vigiá” o espaço público, o que poderia ser evitado se a rua fosse multifuncional, com construções que servem tanto à moradia quanto à questão produtiva. Neste caso, os espaços verdes poderiam servir de ponto de encontro entre as pessoas que ali trabalham em seus horários de descanso ou mesmo de pausa para as pessoas que por ali passam. Um lugar movimentado gera, por vezes, mais segurança que uma praça vazia. Uma praça que aparenta abandono logo pode ser ocupada de modo indesejável ou ser alvo de depredações e de ausência de manutenção.

A estrutura visual que se depreende do planejamento urbano setorizado nas periferias equivale às celas de prisões, devido à insegurança e a tentativa de se preservar um espaço individual que se conquistou. Na maior parte do dia, se não durante todo o dia, não se vê a ocupação da rua por pessoas. Somente em horários de saída e chegada os moradores são vistos, ficando a rua sem a “vigilância” dos olhares que zelam pelo patrimônio e pelo bem estar. Nesta organização urbana, nem um alto número de policiais fariam efetiva diferença, uma vez que não podem estar em todos os lugares a prevenir ocorrências indesejáveis.



Rua de Samambaia - Região Administrativa distante 24 Km do Plano Piloto de Brasília.

Disponível em <<http://www.dfagora.com.br/LerNoticia/1509/moradores-reclamam-da-quantidade-de-lixo-nas-ruas-de-samambaia>> Acesso em abr 2014.

Em muitos casos na periferia, a ausência de serviços que desvalorizam um lugar gera a ausência de investimentos dos moradores em suas próprias moradias. Em um trabalho de campo junto com alunos jovens e adultos do ensino técnico em edificações subsequente ao ensino médio verificamos que em lugares onde se investiu em serviços públicos - como escolas, quadras de esporte, postos de atendimento médico, calçamento adequado - posteriormente à chegada dos moradores, houve uma melhoria das habitações efetuadas por seus proprietários. Acreditamos que tal feito se realiza em virtude da credibilidade de melhoria do lugar. Assim, ações públicas e particulares se vinculam, melhorando a aparência do espaço urbano.

Tendências construtivas, derivadas das novas técnicas, da inovação de materiais e das invenções estéticas arquitetônicas modernas e contemporâneas, assim como os gostos particulares, compostos pelas singularidades dos indivíduos, devem ser consideradas na apreciação do panorama visual construído das cidades. Porém, é importante debruçar-se ao olhar criticamente os dois primeiros aspectos para entender o quanto estes derivam da manipulação efetuada a partir do interesse produtivo/econômico, desconsiderando especificidades e possibilidades alternativas que poderiam resultar em melhores condições de instalações, bem como em uma especificidade estética que contemplasse a identidade dos moradores e utilizadores de um espaço peculiar dentro do grande espaço urbano.

É importante considerar, ainda, na construção das edificações que constituem o espaço urbano, principalmente o periférico, os processos de aculturação sofridos por aqueles que deixam seus lugares de enraizamento, cuja estética se instituía a partir de uma tradição, como as casas das cidades antigas

no interior do país, e passam a viver em cidades com opções de materiais e elementos padronizados, que nem sempre se harmonizam em seu uso, gerando um panorama desproporcional e, por muitas vezes, desagradável ao olhar.

Mônica Nador, artista contemporânea, atenta para a necessidade de trabalhar não só com uma arte de denúncia, mas também com um movimento político que consiste em alimentar os lugares com beleza. “[...] a falta de beleza faz mal à saúde e ao espírito. A beleza potencializa a arte. É preciso reinstaurá-la como algo político” (NADOR *apud* CANTON, 2009, p. 40). Trabalhando em bairros de baixa renda, ela pinta ruas, paredes, casas com motivos próprios ou resgatados do próprio acervo cultural do lugar.



Figura 5: Jamac. Fonte: arquivo pessoal Mônica Nador.

Disponível em <<http://relatosdeumadesigner.blogspot.com.br/2012/03/falando-em-monica-nador.html>> Acesso em mar 2014.

Existe, ainda, nas cidades uma série de engendramentos que, à forma da gambiarra, acabam por corroer uma ordem predeterminada e criam formas de ação e significado. Isto pode ser presenciado não só em condomínios fechados que servem às pessoas de diferentes níveis de poder aquisitivo, bem como em favelas e assentamentos irregulares, onde a ausência de poder público faz surgir outras formas de conflito e solidariedade.

Estas gambiarras aproximam-se do conceito de escultura social⁴, estabelecido pelo artista Joseph Beuys, em que o esforço da inventividade possibilita à criação vinculada à vida cotidiana, abrangendo a instância psicológica, a política, a cultural, a educacional e a social, cultivando a valorização do pensamento e da liberdade no pensar.

⁴ Sobre o conceito de escultura social ver ROSENTHAL, Dália. Joseph Beuys: o elemento material como agente social. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202011000200008> Acesso em: 02 jan. 2013.



As elaborações relacionadas à liberdade de pensar constituem-se modos de vida próprios, emancipados e se colocam como alternativa, desvios das padronizações dos sistemas. Resta saber, sem pretender estender-nos neste assunto, o quanto destes desvios dos sistemas ordinários será cooptado para gerar novas formas de sujeição a uma realidade hegemonicamente estabelecida.

3 Cultura visual e prática pedagógica

A percepção da cidade e de sua construção estética compondo os estudos atuais da cultura visual é discussão que pode acontecer no componente curricular arte. Acredita-se, porém, que tal questão é complexamente abordada no entrecruzamento com outros saberes – o filosófico, o geográfico, o histórico, o sociológico, o técnico em suas diversas especificidades. O objetivo é instrumentar o sujeito que vê, a fim de que possa *ler* criticamente a realidade urbana contemporânea.

A partir desta proposição, uma prática pedagógica está sendo realizada no curso técnico em edificações subsequente ao ensino médio, com alunos que possuem faixa etária extensa, de 19 a 69 anos. Tal prática propõe enfocar diferentes concepções e relações entre a experiência de olhar e a construção visual apresentada no espaço urbano.

Trata-se aqui de refletir sobre dois aspectos: Um que diz respeito às percepções e que interfere na vivência de sensações e experimentações de sinestesia considerando os estímulos do ambiente sobre o corpo do indivíduo. Este aspecto é também responsável pelos humores e disposições, uma vez que atua na sua corporeidade, no que se referem às reações, impulsos e intuições. Assim, sensações provocadas na relação do corpo com os estímulos de qualquer ordem vindos do ambiente podem possibilitar ao indivíduo agregações de sentido que desenvolvam processos de pensamento e de elaboração da memória. Por este viés, destaca-se a importância das vivências perceptivas conscientes como “experiências de impacto do mundo em nossos corpos, e nossas ações intencionais conscientes” (SEARLE, 1998, p.200) também como uma ação que promove certo impacto do sujeito sobre o mundo.

O segundo aspecto abordado é aquele que trata da formação estética urbana contemporânea, composta, conforme Argan (2005), de uma cristalização dos princípios que regem determinada sociedade em uma época específica. Esta cristalização não se apresenta de forma definitiva, mas envolve um processo dinâmico de recomposição, segundo as necessidades e conformações atualizadas em novos empreendimentos e elaborações de espaços e lugares.

Tal estética produz-se de forma relacional com os sujeitos envolvidos em sua composição e existência, uma vez que os lugares constituídos abrigam as ações e necessidades cotidianas dos indivíduos que ali consistem seus modos de vida. Estabelece-se, portanto, esta estética no estatuto da intersubjetividade, considerando todos os fatores característicos de determinado lugar, constituído nas relações políticas, econômicas e culturais atuais.

[...] assim, as reuniões, os encontros, as manifestações, os diferentes tipos de colaboração entre pessoas, os jogos, as festas, os locais de convívio, em suma, todos os modos de contato e de invenção de relações representam hoje objetos estéticos passíveis de análise enquanto tais. (BOURRIAUD, 2009, p. 40)

A análise reflexiva sobre a disponibilidade do olhar diante das realidades cotidianas vivenciadas no espaço urbano possui o objetivo de aperceber-se daquilo que não é expressamente dito e daquilo que não é visto senão a partir da criação de um discurso peculiar estruturado pela reflexão.

Nas sociedades modernas, existe a necessidade crescente de formação do trabalhador dotado de competências e técnicas múltiplas e com capacidade em adaptar-se continuamente a novas situações. Esta necessidade exerce sobre o indivíduo uma ação de construção de uma subjetividade por assim dizer coletiva, que preconiza o(s) sistema(s) de controle como referência na construção das singularidades. Assim, acredita-se que é função da educação, mesmo voltada para o saber técnico voltado ao mundo do trabalho, a emancipação dos sujeitos à dinâmica de mercado, instaurando uma prática reflexiva:

A educação só tem sentido na medida em que é concebida como ação visando à participação e a autonomia.(...) Longe de ser um lugar imutável, ela está sendo descoberta como um local provisório, inacabado, precário, prolongamento de uma sociedade.(GADOTTI, 1995, p. 147-160).

Fazer com que os alunos construam percepção, metodologia e expressão próprias frente aos agenciamentos da rede de sistemas dominantes, de forma que possam resistir à subversão de seu desejo às diversas formações de poder, levando em conta o indivíduo como um território composto e determinado não somente por uma essência, mas por uma série de componentes que o atravessam e que se organizam em relação uns com outros, conforme o terreno subjetivo pessoal e as influências sociopolíticas por ele sofridas.

Pode-se considerar que a ação pedagógica desta forma estabelecida e intensificada fará surgir uma nova classe de relações que não se limitará ao domínio escolar, mas atravessará os muros da escola, realizando procedimentos

visíveis e transformadores. “A interrupção e a subversão dos fluxos de produção e da circulação de signos emitidos pelo poder são um campo sobre o qual podemos agir diretamente”.(GUATTARI, 1987, p. 57).

3.1 Manifestações artísticas no espaço urbano

A sala de aula se estabelece como espaço em que coexistem o instituído, na observação dos textos oficiais, e a invenção, na construção diária de sentidos e significâncias, formas e caminhos do pensar, diversidade e multiplicidade de valores, com os quais os interlocutores responsáveis pela tecelagem do saber urdirão novas conexões.

Assim, para construir reflexão em relação à realidade cotidiana observada, além dos estudos de caso e de reflexões a partir de dados coletados, foram apresentadas aos alunos proposições de composição urbana que agissem paradoxalmente ao olhar desavisado sobre as ocorrências.

O artista, no mundo, é vida, participa da vida, traz vida às pessoas-robôs, permeia os porquês. O artista na rua, seja ela física ou virtual (internet), compõe e decompõe. A composição urbana evidencia o delírio que a cidade-sociedade passa e passa correndo sem ver, ouvir tocar ou massagear. Compor é massagear os espaços, aí implantar desvios, rios, meandros antes invisíveis. (MEDEIROS e ALBUQUERQUE, 2013, p. 26)

Assim, a fruição de propostas ocorridas no espaço público urbano pode consistir como mais uma possibilidade de reação ao olhar embotado do transeunte.

Entre as propostas apresentadas estão a de Eduardo Sur e do Coletivo Poro que trabalham as ocorrências cotidianas, estabelecendo análises paradoxais entre desenvolvimento tecnológico, tempo nas cidades (aceleração e estagnação), mobilidade e modos de vida.



Eduardo Sur, Carruagem, Ponte estaiada, São Paulo – SP, 2012.

Disponível em www.eduardosur.com.br. Acesso em mar 2014.



Coletivo Poro, Faixas de antissinalização, (locais diversos), Belo Horizonte - MG, 2009.

Disponível em www.mucurycultural.org/2011/12/resenha-poro-um-grande-deslocamento.html.com.br.
Acesso em mar 2014.

Obras que estão no espaço museal mas que compõem com as questões da cidade também foram analisadas pelos alunos como a de Joaquim Fargas que trata sobre os encontros eventuais das pessoas em uma mesma vizinhança.

Segundo o artista, a obra busca refletir sobre a complexidade dos encontros casuais que devem coincidir espaço e tempo para que estes ocorram, provocando o pensamento sobre as relações que acontecem no espaço urbano, mesmo numa área de convivência próxima.



FARGAS, Joaquín. Princípio Estocástico: Espaço/Tempo/Probabilidade, 2012.

Fonte: <www.arsomnibus.com/web/muestras/inauguran/fecha:2012-11-15/page:1>

A fruição de tal obra imbrica-se no pensamento de Bauman (2011, p. 183) sobre as relações nas grandes cidades

Por necessidade – perpetuamente reforçada por uma escolha abraçada com alegria –, as relações urbanas são anônimas e não comprometedoras. Elas também estão saturadas do espírito do consumismo: são introduzidas ali apenas para se dissolver depois; duram tanto quanto o prazer que trazem, e tombam assim que um prazer

maior, de uma fonte diferente começa a acenar. Encontros humanos, como a aquisição de produtos no supermercado, são agarrados e largados com facilidade, motivados e apoiados apenas por deslocarem a atenção e o desejo.

Objetiva-se, portanto, por meio da fruição das obras, estabelecer intertextualidades entre o que os artistas propõem como reflexão e a própria criação dos alunos, envolvendo suas memórias e experiências de cidade. Assim, pretende-se uma construção de novas percepções e elaborações, visando oportunizar a geração de olhar mais crítico e singular sobre a realidade.

4 Conclusão

Os modos de engendrar os espaços na periferia da cidade, geralmente, cristalizam formas que respondem por um lado à ausência de eficácia do poder público no atendimento às necessidades de moradia, lazer, trabalho e locomoção (pilares básicos do ortodoxismo do urbanismo moderno). De outro lado elencam-se aspectos que vão desde a inventividade para suprir demandas do cotidiano, passando por insuficiência de recursos e conhecimentos técnicos adequados, perda de identidade cultural pela hegemonia da estética lançada comercialmente e, principalmente na mídia, até resultar em uma formação de gosto que aqui não se pretende distinguir por juízo de valor, muito menos categorizar em baixa ou alta cultura.

O modo como se organiza o lugar⁵ e como sua aparência é construída transborda em sentido: de apropriação, ação e pertencimento social. Assim, reforça-se a ideia de que a aparência das coisas revela o seu uso, mas também pode desdobrar-se em ações de revitalização ou decadência do espaço urbano. Pode-se por meio da análise das ações constitutivas do espaço promover a emancipação dos indivíduos no que se refere ao uso e ações habituais condicionadas a uma construção social, econômica e política predeterminada, gerando formas inventivas de tomar posse e agir.

Os estudos em cultura visual desenvolvidos em contexto escolar pode proporcionar uma apreensão particular sobre as realidades estabelecidas no espaço urbano, o que pode convergir não só em modos peculiares e críticos de se empreender relações dentro deste espaço, mas promover um desejo de mudança que ocasione resoluções coletivas.

5 “lugar se refere a uma noção específica do espaço: trata-se de um espaço particular, familiar, responsável pela construção de nossas raízes e nossas referências no mundo” (CANTON, 2009, p. 15)

Referências bibliográficas

- ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BAUMAN, Zygmund. Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BOURRIAUD, Nicolas. *Estética relacional*. São Paulo: Martins, 2009.
- CANTON, Kátia. *Espaço e lugar*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- _____. *Da Política às Micropolíticas*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsões políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MEDEIROS, Maria Beatriz de . ALBUQUERQUE, Natasha de. Composição urbana: surpresa e fuleragem. Palco Giratório: circuito nacional/SESC, Departamento nacional. Rio de Janeiro: Departamento nacional, 2013 – v.: il.
- MEIRA, Marly Ribeiro. Educação estética, arte e cultura do cotidiano. In: PILLAR, Analice Dutra (org). *A educação do olhar no ensino das artes*. Porto Alegre: Mediação, 1999, p.132.
- MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Lisboa: Europa-América, 28 edição, 1988, p.115.

Minicurrículo

Cristiane Herres Terraza é Professora de Artes Visuais. Docente em Artes Visuais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, no educação básica, técnica e superior. Pesquisadora cadastrada no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP/CNPq), em grupo de pesquisa do IFB. Exerceu orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso na Licenciatura em Artes Plásticas – Prolichen – UAB/UnB. Graduação Licenciada em Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas, Especialista em Ensino da Arte, Mestre e Doutora em Arte pelo PPG-IdA/UnB – Brasília/Brasil, Pós Doutoranda em Cultura Visual na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa

E-mail: crisherres@gmail.com / País: Brasil